



Bradesco

Data: 11/07/2024

**Tipo de Transferência:** 7 - TED DEPOSITO JUDICIAL OUTROS**Debito:** Conta Corrente**Agência Tomadora:** 01230 - CAXANGA-URE**Data Movimento:** 11.07.2024**Nome Remetente:** MAIS ELETRICIDADE LTDA**Agência:** 01230 - CAXANGA-URE**Conta:** 0000000390022 - 3**Conta Pagamento:****Nome****Favorecido:****Banco:** 001 / BANCO DO BRASIL S.A.**Agencia:** 00000**Conta:** 00000000000000**Cpf/Cnpj:** 000000000 / 0000 - 00**Finalidade:** 00000**Conta Pagamento:****Código Identificador da Transferência:****Número Processo Judicial:****Código Tribunal:****Nome Tribunal:****Nome Autor:****Nome Réu:****Valor da Transferencia:**

23.100,00

**Valor da Tarifa:**

25,85

**Total:**

23.125,85

**Comprovante de Transferência Efetuada:****Numero Doc:** 3237439**Autenticação**

ArJcnavSEo2	Y7bQEHDice	Yx#T@Wp6SbV	2cMvVUtfPLA
7PAR?IbuolX	b#nsjKsOYEX	PaMmWRcuLyb	ZFzhVlakgmN
THy2wDswBtM	qzT2cHXmW2G	cCqUytUjLAB	*j8i2E3ZkiA
c9WS8xzxRI3	TRXTNOrTKcC	oM2NoePMOPW	884SHfy7B#C

**Alô Bradesco****SAC - Serviço de Apoio ao Cliente**Cancelamentos, Reclamações e Informações - **0800 704 8383**Deficiente Auditivo - **0800 722 0099**

Atendimento 24 horas, 7 dias por semana

**Ouvidoria - 0800 727 9933**

Atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, exceto feriados



(http://www.bb.com.br)

Pré-Cadastramento de Depósito - Primeira Parcela, Depósito em continuação e Nova Parcela de Primeiro Depósito

DJO - Guia de Depósito em Garantia

Número do ID-DEPÓSITO		Data Prevista para Depósito	
08999000001018819-6		31/07/2024	
Recebível, através do Caixa BB(TCX278); Débito em Conta-Corrente BB, Via TED JUDICIAL e, outros Bancos, utilizando o ID-DEPÓSITO		Nº da conta em Garantia	
Tipo de documento		Agência (pref./dv)	Matriz/Órgão Subordinante
1 1.Primeiro depósito 2.Depósito em continuação		1607 - 1	COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS
Data de emissão	Evento	Cidade/Município	Convenente
02/07/2024	28 2023	RIO DE JANEIRO/RJ	COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS
Tipo de Garantia	Nº da guia	Depositante	Natureza da ação
Contratos Administrativos	01	1 1.O próprio Garantidor 2.Outro	DEPOSITO EM GARANTIA
Nome do depositante		CPF/CNPJ	Tipo de Pessoa
MAIS ELETRICIDADE LTDA		26.279.113/0001-61	2 1.Física 2.Jurídica
Nome do Garantidor		CPF/CNPJ	Dinheiro - R\$
MAIS ELETRICIDADE LTDA		26.279.113/0001-61	
Representante do Garantidor		CPF/CNPJ	Cheques - R\$
Nome do Convenente		CPF/CNPJ	Valor total do depósito - R\$
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS		42.357.483/0001-26	23.100,00
Representante do Convenente		CPF/CNPJ	
Observações			
Contratos Administrativos			
CT 28 2023 MAIS ELETRICIDADE			

Autenticação mecânica



## CONTRATO RELATIVO A CONTA DE DEPÓSITO EM GARANTIA

**CONTRATANTE:** MAIS ELETRICIDADE LTDA pessoa jurídica, com sede EST DOS REMEDIOS N. 850 AFOGADOS – RECIFE/PE, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº 26.279.113/0001-61, neste ato representado pelo seu administrador MANASSES GUIMARAES DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 715.407.094-34, denominada simplesmente **CONTRATANTE**.

**CONTRATADO:** Banco do Brasil S.A., com sede em Brasília, Distrito Federal, por sua agência indicada na Proposta de Abertura, doravante denominado simplesmente **BANCO**.

### DO OBJETIVO DA CONTA DE DEPÓSITO EM GARANTIA

1. As Contas de Depósitos em Garantia regem-se pelas disposições legais pertinentes à matéria e pelas normas presentes neste contrato.
2. A presente conta de Depósito em Garantia destina-se à prestação de garantia de execução de contrato administrativo ou para participação em licitação de interesse do **CONTRATANTE** e Órgão da Administração Pública devidamente cadastrado no sistema eletrônico do **BANCO**.
3. O **CONTRATANTE** declara-se ciente e concorda com a garantia que ora oferece para a Administração, consistindo a mesma no saldo observado nesta conta de Depósito em Garantia, à vista do disposto no Art.56, §1º, inciso I ou no Art.31, inciso III da Lei nº8.666/1993.

### DA MOVIMENTAÇÃO DA CONTA DE DEPÓSITO EM GARANTIA

4. A movimentação a débito da conta de Depósito em Garantia far-se-á exclusivamente por ordem do Órgão da Administração Pública ao qual estiver vinculada a presente conta, nos sistemas do **BANCO**.
5. O **CONTRATANTE** desde já concorda com todas as movimentações desta conta de Depósito em Garantia, que forem determinadas pelo Órgão da Administração ao qual estiver vinculada a presente conta, estando ciente que eventuais contestações deverão ser dirigidas ao Órgão, não cabendo ao **BANCO** qualquer intermediação nesse sentido.
6. O **CONTRATANTE** fica cientificado e concorda com a impossibilidade de movimentar esta conta de Depósito em Garantia sem a concordância do Órgão da Administração ao qual a mesma está vinculada.



7. Todas as importâncias depositadas nesta conta de Depósito em Garantia ficarão à disposição do Órgão da Administração ao qual está vinculada a mesma.

8. O **BANCO** atenderá pedido de estorno de quantias indevidamente depositadas apenas mediante anuência do Órgão da Administração.

9. O **CONTRATANTE** não receberá cheques ou cartões magnéticos para a movimentação desta conta de Depósito em Garantia.

10. Não será admitida a abertura de conta conjunta de Depósitos em Garantia. A conta sempre será aberta com titular único.

11. A utilização de outros produtos e serviços eventualmente disponibilizados pelo **BANCO**, vinculados ou não à Conta de Depósito em Garantia dependerá, obrigatoriamente, do cumprimento, pelo **CONTRATANTE**, dos requisitos exigidos para cada produto ou serviço, os quais serão oportunamente informados.

12. O **CONTRATANTE** aceita como legítimas as operações realizadas em dias não úteis, especialmente quando utilizada a internet ou máquinas de auto-atendimento, bem como aquelas transações realizadas e ainda pendentes de processamento.

## DEPÓSITOS EM CHEQUES

13. O **CONTRATANTE** fica ciente de que as importâncias depositadas em cheques, somente serão colocadas à disposição após respectiva compensação e liquidação, conforme os prazos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

14. Em relação aos cheques acolhidos para depósitos fica o **BANCO** autorizado a endossar os cheques nominativos acolhidos em depósito para crédito em favor do **CONTRATANTE**, especialmente quando os cheques forem nominais ao Banco do Brasil.

15. O **CONTRATANTE**, desde já, aceita e reconhece o(s) débito(s) efetuado(s) em sua Conta, nos casos envolvendo a devolução do(s) cheque(s) compensado(s).

## DÉBITO NA CONTA DE DEPÓSITOS EM GARANTIA

**16. O CONTRATANTE**, não poderá solicitar ou autorizar quaisquer débitos na conta de Depósito em Garantia objeto deste contrato. Todas as movimentações a débito desta conta serão autorizadas unicamente pelo Órgão da Administração Pública ao qual está vinculada a conta.

**17. O CONTRATANTE** desde já admite que não poderá movimentar qualquer débito na sua conta de Depósito em Garantia e que mesmo a devolução dos valores depositados dependerá de solicitação formal do Órgão da Administração Pública ao qual está vinculada a conta, que dirigirá ofício ao **BANCO** para tanto.

## **DA REMUNERAÇÃO DOS SALDOS DEPOSITADOS**

**18.** O saldo da conta de Depósito em Garantia será remunerado conforme índices utilizados para as cadernetas de poupança.

## **EXTINÇÃO DE AGÊNCIA**

**19.** No caso de extinção da agência onde o **CONTRATANTE** mantenha sua conta de Depósito em Garantia, fica o **BANCO** autorizado a transferir para outra agência, o saldo da conta.

## **TARIFAS**

**20.** O **CONTRATANTE** fica ciente de que a Conta de Depósito em Garantia está sujeita à cobrança de tarifas pela prestação de serviços bancários, conforme Tabela de Tarifas afixada nas agências do **BANCO** e disponíveis na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) na forma da regulamentação vigente do Banco Central do Brasil, sendo eventuais alterações nos valores constantes da referida tabela divulgadas pelos mesmos meios com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do início de sua vigência.

## **ENCERRAMENTO DE CONTA**

**21.** O **CONTRATANTE** poderá encerrar esta conta de Depósito em Garantia apenas mediante aquiescência e determinação formal do Órgão da Administração Pública ao qual está vinculada a presente conta.

**22.** A Conta de Depósito em Garantia não movimentada no período de 180 (cento e oitenta) dias corridos e sem saldo, será considerada inativa, podendo ser encerrada pelo **BANCO**.

## **TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

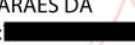
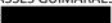
**23.** As Partes estão de acordo com as cláusulas relativas ao tratamento de dados pessoais compartilhados entre as Partes, estabelecidas no Anexo I desse contrato.

**24.** O **CONTRATANTE** declara estar ciente e de pleno acordo com as disposições deste contrato.

E, assim, por estarem justos e acordados, os signatários firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza os legítimos efeitos de direito.

\_\_\_\_\_(local) \_\_\_\_\_(data)

Assinatura do representante do  
**CONTRATANTE**

MANASSES  
GUIMARAES DA  
SILVA:  Assinado de forma digital  
por MANASSES GUIMARAES  
DA SILVA:   
Dados: 2024.05.15 11:44:15  
-03'00'

Nome:  
CPF:

Assinatura do representante do **BANCO**

Nome:  
CPF:

**TESTEMUNHAS:**

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:



## ANEXO I

### TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - Para fins deste instrumento, sem prejuízo das demais definições inseridas neste Contrato, as Partes adotam as definições de “Dado Pessoal”, “Tratamento”, “Controlador” e “Titular” previstas no art. 5º da Lei nº 13.709/2018. Considera-se “Leis de Dados Aplicáveis” qualquer legislação nacional, federal, estadual, municipal ou local em vigor, ou que venha a entrar em vigor após a celebração do Contrato e que discipline o Tratamento de Dados Pessoais e se aplique a uma das Partes ou à sua participação no Contrato, incluindo, mas sem se limitar, a Lei nº 13.709, de 14 agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (“Marco Civil da Internet”), Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (“Código de Defesa do Consumidor”), Lei Complementar nº 166, de 08 de abril de 2019 (“Lei do Cadastro Positivo”), Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (“Lei de Acesso à Informação”).

### DO COMPARTILHAMENTO

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O **CONTRATANTE** e o **BANCO** compartilharão os dados necessários, incluindo Dados Pessoais, a fim de possibilitar a execução plena e adequada das atividades vinculadas aos serviços descritos na CLÁUSULA PRIMEIRA deste Contrato.

### PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

**CLÁUSULA TERCEIRA** – As Partes reconhecem que no âmbito dos serviços deste Contrato, armazenam, coletam, processam ou de qualquer outra forma Tratam Dados Pessoais na categoria de Controladores, considerados individualmente em relação aos Tratamentos de dados pessoais que realizam, conforme seus próprios e individuais critérios de gestão, controle e atribuição de finalidades (“Controladores Independentes”).

**CLÁUSULA QUARTA** – As Partes deverão assegurar que os Dados Pessoais sejam Tratados mediante uma das hipóteses previstas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, e que não sejam acessados, compartilhados ou transferidos para terceiros (subcontratados, agentes autorizados e afiliados, por exemplo) que não tenham sido contratados por uma das Partes para viabilizar o atingimento dos objetivos deste Contrato e, ainda assim, na medida necessária para essas finalidades.

**CLÁUSULA QUINTA** – As Partes reconhecem a importância de que, apesar de agirem de forma independente, precisam garantir e se comprometerem a:

- (a) Tratar os Dados Pessoais apenas para fins lícitos e expressamente informados aos Titulares de Dados, adotando as melhores práticas para preservar o direito à privacidade dos Titulares de Dados e dar cumprimento às regras e princípios previstos nas Leis de Dados Aplicáveis;



- (b) Tratar os Dados Pessoais dos quais venham a ter ciência ou os que estiverem em sua posse durante a implementação deste Contrato apenas para as operações e para os fins nele previstos;
- (c) limitar o período de armazenamento de Dados Pessoais à duração necessária para execução das atividades deste Contrato, para cumprir quaisquer obrigações legais, para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral ou enquanto existir alguma hipótese de Tratamento válida, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;
- (d) adotar todas as medidas de segurança técnica e organizacionais adequadas, nos termos das Leis de Dados Aplicáveis, bem como qualquer outra medida preventiva baseada na experiência, a fim de impedir o Tratamento de dados não permitido ou não compatível com a finalidade para a qual os dados são coletados e/ou compartilhados;
- (e) adotar todas as medidas necessárias para garantir o exercício de direitos dos titulares dos dados previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais em relação aos Tratamentos realizados no seu âmbito, como Controlador;
- (f) não divulgar dados pessoais Tratados na execução deste Contrato às pessoas que não sejam autorizadas a realizar operações de Tratamento;
- (g) manter um registro das atividades de Tratamento realizadas, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;
- (h) fornecer assistência à outra Parte, dentro dos limites legais e contratuais, para garantir o cumprimento de suas obrigações previstas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais com relação à, por exemplo, segurança, notificações de Incidentes de Dados Pessoais e consultas da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ou de outros órgãos de controle e supervisão, desde que a obrigação decorra da prestação do serviço objeto deste Contrato;
- (i) uma Parte não poderá fazer qualquer anúncio, comunicado ou admissão pública sobre incidente que faça referência à outra Parte, incluindo seus representantes ou parceiros, sem o consentimento prévio por escrito desta outra Parte;
- (j) Cada Parte é responsável pelos danos que comprovadamente tenha dado causa ao Titular dos Dados e/ou terceiros pela violação do presente Contrato e/ou das Leis de Dados Aplicáveis, bem como em relação às sanções e penalidades aplicadas pela ANPD e/ou autoridades competentes, na medida e limite de suas atribuições no âmbito deste Contrato e relação com os Tratamentos realizados na qualidade de Controladora Individual. Este fato não limita a responsabilidade individual de cada uma das Partes à luz das Leis de Dados Aplicáveis.